

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LUIZ RENATO PEREIRA FANFA

**APAE DE SÃO BORJA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLITICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS**

**São Borja
2019**

LUIZ RENATO PEREIRA FANFA

**APAE DE SÃO BORJA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLITICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas – Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título
licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a Mestra Keli Krause

**São Borja
2019**

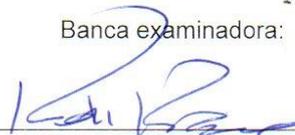
LUIZ RENATO PEREIRA FANFA

APAE DE SÃO BORJA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLITICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas – Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Licenciatura
em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de julho de 2019.

Banca examinadora:



Profª Mestra Keli Krause
Orientadora
(UNIPAMPA)



Profª. Drª. Claudete Robalos da Cruz
(UNIPAMPA)



Pedagoga M.ª Gilvane Belém
(UNIPAMPA)

Esse trabalho é dedicado aos meus familiares pelo apoio e compreensão que sempre me dedicaram. Aos filhos Daiene Rojas Fanfa, Arthur de Andrade Fanfa e Gabriel Rojas Fanfa querido filho com Síndrome de Down, o qual me inspirou a trabalhar esse tema, embora com suas limitações educacionais continua sendo meu NORTE no caminho da perseverança. Fica também meus sinceros agradecimentos a Norma Hilacy Silva Rojas pelo incentivo na caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiro à Deus por ter me dado a felicidade e sabedoria na caminhada da vida e poder triunfar no mundo acadêmico. Agradeço a minha família: Norma, Daiene, Gabriel e Arthur pelo tempo em que me privei das suas companhias, dedicando-me a construir esse trabalho.

Agradeço a todas as colegas e amigos da 1ª turma de formandos Jardel Vitor, Jardel Cabeleira e em especial aos colegas Carlos Glosger, Núbia Velasques e Francine Carvalho....

Receba também Jucléia Velasques meus agradecimentos.

Agradeço a todos os professores, mestres e doutores do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura: Ronaldo Bernardino Colvero, Juliana Lima Moreira Rhoden, Francisco Medeiros, Keli Krause, Erick de Melo Maciel, Andréa Becker Narvaes, Lisiane Sabreda Ceolin, Adriana Hartemink Cantini, Muriel Pinto, Nola Patricia Gamalho, Sergio Ricardo Silva Grack, Viviane Margareth Pouey Vidal, Joel Felipe Guindade, Wesley Grijó, Domingos Sávio Campos Medeiros .

Meu especial agradecimento aos professores Lauren de Lacerda Nunes, Evandro Ricardo Guindane, Adriana Canova Motter Aos técnicos Luis André Padilha, Willian Bernardes, Eduardo Fonseca e funcionários. Em especial meu agradecimento à professora Magda Bicca que cordialmente me recebeu para entrevista e com extrema dedicação enriqueceu de informações esse Trabalho de Conclusão de Curso, sem as quais se tornaria praticamente impossível a junção de muitos conteúdos os quais tornaram a pesquisa mais acessível e esclarecedora.

E a todos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte da minha vida acadêmica, meu muito obrigado. Desejo a todos vida próspera e muitas realizaçõ

Agradeço também a direção da APAE, diretora Gorete, profess pais de alunos e funcionários.

“A maior dificuldade dos pais é enfrentar os preconceitos de uma sociedade ainda tão desinformada como a nossa.”
(WERNECK, 1992, p. 91).

RESUMO

Neste trabalho propõe-se analisar a criação da APAE enquanto entidade que possibilita promover ações em defesa dos direitos de crianças, jovens e adultos, assim como prestação de serviços direcionados para uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência e total apoio a família, no intuito de formar uma sociedade solidária e mais justa. Para tanto, torna-se fundamental investigar sua trajetória histórica, pois a construção da APAE na cidade de São Borja – RS foi resultado da mobilização da sociedade são-borjense que influenciou na sua trajetória quanto a urgência da Educação Especial ser implantada nesta cidade.

Neste sentido, objetivando compreender os processos e rumos de implementação de atendimentos educacionais e também elucidar o processo das pessoas com deficiência no âmbito educacional. Tornou-se essencialmente importante acompanhar o processo das diversas atividades educacionais, das entidades de apoio, assim como as atitudes públicas que preconizaram a Educação Especial.

Neste sentido o primeiro momento visa resgatar historicamente, a trajetória das discussões que possibilitaram a criação de atitudes públicas para o tratamento digno e igualitário para pessoas com deficiências. Num segundo momento, visa-se compreender os processos legais que legitimam, garantem e problematizam as articulações de alunos com necessidades especiais.

No terceiro capítulo, buscar-se-á questionar a APAE como entidade que visa promover, auxiliar e incentivar o processo educativo e a melhoria de vida dos alunos com necessidades especiais. Para tanto, faz-se necessária como metodologia, a pesquisa bibliográfica de forma a possibilitar o aporte teórico acerca das discussões em torno da “igualdade de direitos” e a parte educacional das pessoas com deficiências.

Palavras-chave: APAE, Deficiências, Educação Especial.

RESUMEN

En este trabajo se propone analizar la creación de la APAE como entidad que posibilita promover acciones en defensa de los derechos de los niños, jóvenes y adultos, bien como prestación de servicios direccionados a una mejor calidad de vida de las personas con deficiencia y total apoyo a la familia, con la intención de formar una sociedad solidaria y justa. Para tanto, se vuelve fundamental investigar su trayectoria histórica, pues la construcción de la APAE en la ciudad de São Borja - RS fue resultado de la movilización de la sociedad de la misma que influyó en su trayectoria con relación a la urgencia de la Educación Especial ser implantada en esta ciudad. En este sentido, con el objetivo de comprender los procesos y rumbos de implementación de atendimientos educacionales y también elucidar el proceso de inclusión de las personas con deficiencias en el ámbito educacional. Se volvió esencialmente importante acompañar el proceso de las diversas entidades educacionales, de las entidades de apoyo, así como actitudes públicas que preconizaron la Educación Especial. De esta forma el primer momento visa rescatar históricamente la trayectoria de las discusiones que posibilitaron la creación de actitudes públicas para el tratamiento digno e igualitario para las personas con deficiencias. En un segundo momento visa comprender los procesos legales que legitiman, garantizan y problematizan las articulaciones de los alumnos con necesidades especiales.

En el tercer capítulo, se va buscar cuestionar la condición de la APAE como entidad que enfoca promover, auxiliar e incentivar el proceso de inclusión de los alumnos con necesidades especiales. Para tanto, se hace necesaria como metodología, la pesquisa bibliográfica de forma a posibilitar el aporte teórico acerca de las discusiones sobre la "igualdad de derechos" y la parte educacional de las personas con deficiencias.

Palabras clave: APAE, Deficiencias, Educación Especial.

LISTA DE ABREVIATURAS

AE – Aluno especial

TEA – Transtorno do Espectro Autista

LDB – Lei de diretrizes e bases

CEB – Conselho de Entidade de Base

CNE – Conselho Nacional de Educação

EE – Educação Especial

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

FENAPES – Federação Nacional das APAES

NEE – Necessidades Especiais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ATA de fundação da APAE São Borja	55
Figura 2 Placa de construção da APAE São Borja	58
Figura 3 Fachada da APAE São Borja.....	59
Figura 4 FACHADA DA APAE SÃO BORJA – Vila Cabeleira.....	60

Sumário

1 INTRODUÇÃO	14
2. A TRAJETÓRIA DA APAE: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS.....	17
2.1 Metodologia	17
2.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS APAES NO BRASIL	22
3. A CONSTRUÇÃO DA APAE SÃO BORJA.....	25
3.1 Uma visão geral da APAE São Borja	27
4. ASPECTOS LEGAIS UNIVERSAIS E BRASILEIROS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	31
5. FOCALIZAÇÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MULTIPLA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

As APAEs, cuja missão maior está na defesa dos direitos, necessidades e realizações das pessoas com deficiência, atuam em posição de destaque na construção desse caminho - longo e muitas vezes ainda árido na educação especial em nosso país. Para isso, é fundamental lançar mão das discussões que permeiam os processos em torno da educação especial, da APAE de São Borja, enquanto ambiente essencial para a inserção de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. De tal modo que, todos possam ter acesso aos meios necessário de seu desenvolvimento pessoal.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo compreender os processos que a construção da APAE, em especial a de São Borja, enquanto local de acolhimento da criança com necessidades especiais, as quais demandam uma atenção diferenciada e uma legislação mais específica. Para atingir tal objetivo foram necessários os seguintes objetivos específicos que são: Analisar as políticas públicas para as pessoas com necessidades especiais; Resgatar história da construção da APAE de São Borja; Analisar como os alunos com NEE inseridos na escola regular e na escola especial são avaliados na APAE.

Para tanto, este trabalho de conclusão de curso busca realizar um resgate histórico em torno das políticas públicas adotadas que permitiram um olhar humano e igualitário para todas as crianças com necessidades especiais.

Ao longo do trabalho busca-se sanar as seguintes inquietações. A educação inclusiva continua sendo construída a passos lentos por pessoas que acreditam numa sociedade mais justa. A APAE pode contribuir para a educação inclusiva? Como isso é possível? Como avaliar os alunos com necessidades especiais?

Recentemente, para ser mais preciso, em 06 de julho de 2015, a Presidência da República institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de nº 13.146. Nesse estatuto, o governo federal em suas Disposições Gerais, considera “Pessoa com deficiência”, aquela que: Tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Com base nessas convicções, o governo federal dispõe no seu artigo 1º que: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com

Deficiência)”, está “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Nesse sentido, a APAE, emerge enquanto instituição de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, portanto, têm como objetivo se comprometer e contribuir com a construção da educação em nosso país. A educação é necessária e fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e participação solidária. Sem o acesso à escola, pois, dificilmente as pessoas com deficiência conseguirão exercer a sua cidadania com plenitude. As APAES, desse modo, têm uma vasta experiência no campo da educação especial para alunos com deficiência. Possuem quadro de profissionais competentes e experientes tanto no atendimento da educação escolar quanto no atendimento clínico. Mais importante do que tudo isso, as APAES podem disponibilizar os seus esforços, a sua experiência e os seus recursos para a construção de uma educação que não segregue, que não rotule, que não discrimine. As escolas das APAES podem e devem interagir com as demais escolas, fortalecendo a criação e a organização de serviços de apoio ao aluno especial no âmbito escolar.

Dessa forma o presente trabalho lançou mão de uma pesquisa bibliográfica de modo a possibilitar um resgate histórico das normas, leis e movimentos tanto individuais quanto coletivos que permitiram outro olhar sobre as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. Além disso, foi realizada uma entrevista com a fundadora da APAE São Borja, Suzy Rillo, como forma de realizar um resgate histórico da construção da entidade no município.

É seguindo essa perspectiva, que o primeiro capítulo visa a história dos movimentos da APAE no Brasil e reconstruir a trajetória da APAE São Borja, a partir da entrevista realizada, enquanto possibilidade de inclusão do aluno com necessidade especial na escola e na sociedade. O segundo aborda a inclusão, o terceiro as políticas públicas relacionadas ao tema.

Se compreendermos que inclusão social é um instrumento extremamente importante na determinação da qualidade de vida das pessoas, pois permite o acesso a alguns recursos da comunidade, que favorecerão o seu desenvolvimento global, reforçarão a sua autonomia e ajudarão a construir a sua cidadania. Pois, como qualquer um de nós, a pessoa com deficiência, não percebe tudo que se passa ao seu redor. Portanto, devemos criar as oportunidades para que ela possa

realizar todas as atividades que achar interessantes e auxiliá-la no que for possível. Nesse sentido, o segundo capítulo lança mão de aportes legais que determinam a inclusão como Lei no Brasil. “Logo, vislumbrar as bases legais que nos permite entender a importância da APAE em nosso município, a saber, São Borja, RS”.

2. A TRAJETÓRIA DA APAE: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

2.1 Metodologia

Para aplicação dessa reflexão foram necessários os seguintes instrumentos de pesquisa, revisão bibliográfica e documental, e também realização de entrevistas com atores envolvidos na APAE de São Borja–RS. Foram realizadas entrevistas com gestores, funcionários e docentes que trabalham diretamente com APAE em duas unidades, sendo uma na região central da cidade e a outra em uma região mais periférica da mesma. Sendo realizadas diversas perguntas abertas, devido à diversidade de cada setor da escola, assim havendo material para uma reflexão qualitativa dessas entrevistas.

Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos de pesquisa: revisão bibliográfica que buscou ter uma visão geral da temática a partir de autores. A metodologia seguiu algumas etapas, em um primeiro momento foi realizada uma análise do contexto histórico da APAE.

No segundo momento foram realizadas entrevistas com os profissionais que trabalham na APAE da cidade de São Borja – RS, buscando elucidar os objetivos do trabalho. Buscou conhecer a realidade do ambiente da APAE e também o que vem sendo realizado por esses profissionais na questão da inserção dos deficientes.

Para Lakatos, Marconi (2003)

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.195).

Essa preocupação deu-se no sentido de buscar escutar narrativas que partissem dos profissionais envolvidos na APAE. A partir dessa diversificação de atores, buscou-se exatamente a pluralidade de discursos sobre o que vem sendo realizado, desde as questões de estrutura física e humana, também questões de como vem sendo realizado o ensino para os alunos. Portanto as entrevistas foi uma forma de coletar dados para fins de esclarecimento de dúvidas referentes a inclusão desses alunos.

Segundo Lakatos há diferentes tipos de entrevistas que variam de acordo com o propósito do entrevistador:

Despadronizada ou não-estruturada. O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.197)

Sendo que no trabalho em questão foram realizadas perguntas abertas no andamento das entrevistas, pelo motivo que foi entrevistado pessoas de setores diferentes da APAE e buscamos uma maior liberdade.

Segundo Lakatos e Marconi nas palavras de Ander- Egg (1978:110) esse tipo de entrevista, Não dirigida: Existe a liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.197).

Para o melhor entendimento do processo da elaboração do TCC apresentam-se as etapas que foram realizadas. Sendo dividida em três etapas, 1ª Pesquisa bibliográfica documental e levantamentos de dados, 2ª Entrevistas com profissionais da APAE, 3ª Reflexão da APAE em São Borja sobre a visão das políticas públicas.

As discussões que permeiam uma defesa da cidadania e do direito de pessoas com deficiências à educação é data da historicamente a partir de meados do século XX. Integrante de políticas sociais recentes, de movimentos individuais isolados e de grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos é, portanto, recente em nossa sociedade. Se, hoje, podemos falar em Políticas Públicas para pessoas com deficiência, é inevitável não ressaltar que isso ocorreu mediante uma longa e sinuosa construção sociocultural. A afirmação de que a inclusão não se dava de forma efetiva no passado se deve à falta de BASE CIENTÍFICA, conforme afirma Mazzota na citação seguinte:

Mazzota pensando sobre a educação e o acesso de pessoas com deficiências à escola e a sua inserção na sociedade afirma:

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiências, pode-se constatar que, até o século XVII as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas (MAZZOTA, 2011, p. 16).

Não há uma clareza quanto às diferenças individuais, isso acarretou - e ainda às vezes parece acarretar - que, pessoas com deficiência por serem “diferentes”, fossem marginalizadas. O que levou a um consenso social, a saber:

[...] a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “invalido” é uma condição imutável, levou à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população (MAZZOTTA, 2011, p. 17).

Só foi possível reverter esse olhar quando fatores sociais possibilitaram um novo clima, sejam eles crenças, valores, meios materiais, políticos, etc., sobre as pessoas deficiências que sensibilizaram e propuseram a organizar medidas que fossem possíveis de se estenderem às pessoas portadoras de alguma deficiência. Muitos profissionais da área da educação impulsionaram a abertura de espaços nos mais variados setores da vida social de modo a construir conhecimentos e alternativas visando melhorias nas condições de vida de tais pessoas.

Na Europa, conseguimos vislumbrar os primeiros movimentos para a possibilidade de acesso e de atendimento aos deficientes, “[...] refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram e medidas educacionais” (MAZZOTTA, 1996, p. 17), o que acabou por espalhar-se pela América do Norte Canadá, Estados Unidos e até mesmo na América do Sul, em especial no Brasil. Diversas foram às expressões construídas e elaboradas ao referir-se ao atendimento educacional das pessoas deficientes.

Sob o título de Educação de Deficientes encontram-se registros de atendimentos ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência, terapia etc. Daí dever revestir-se de extremo cuidado a seleção das medidas e ações educacionais destinados aos deficientes (MAZZOTA, 2011, p. 18).

De acordo com Mazzotta (2011) os primeiros estudos e obras voltadas para a educação de pessoas com deficiência teve como pioneirismo a obra de Jean-Paul Bonet “Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar” editado na França em 1620. Já a primeira escola, instituição especializada para a educação de “surdos” foi criada por Charles M. Eppée em Paris no ano de 1770. Já sua obra no sentido de divulgar o método de sinais foi publicada em 1776. O inglês Thomas Braidwood

(1715-1806) e o alemão Samuel Heineck (1729-1790) fundaram em seus países institutos para a educação de “surdos-mudos” (MAZZOTTA, 2011).

Quanto ao entendimento de pessoas com deficiência visual, destacamos o papel de Valentin Haüy (Instituto de jovens cegos) em 1784 (MAZZOTTA, 2011). O Instituto visava não só dar auxílio moradia, mas preocupa-se com a educação e o ensino dos cegos, o que gerou uma série de reações positivas. O próprio braile surgirá nesse Instituto, depois que um jovem cego francês Louis Braille em 1829, fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna, criado por Charles Barbier. E assim “Até hoje não foi encontrado outro meio, de leitura e escrita, mais eficiente e útil para o uso das pessoas cegas. Baseado em seis pontos salientes na célula braile, este “código” possibilita sessenta e três combinações” (MAZZOTA, 2011, p. 20).

Quanto às pessoas com deficiências físicas, há registros que em 1832, em Munique, Alemanha, tem-se o surgimento de uma obra que visa discutir a educação de deficientes físicos, ou seja, a necessidade de uma Instituição de trabalhar com pessoas com algum tipo de “deficiência física”. “Também nesta época, começo do século XIX, iniciou-se o atendimento educacional aos “débeis” ou “deficientes mentais”” (MAZZOTTA, 2011, p. 21). Destaca-se o trabalho do médico Jean Marc Itard (1774-1838).

Reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardados mentais, Itard trabalhou durante cinco anos com Vítor, uma criança de doze anos, menino selvagem capturado na floresta de Aveyron, no sul da França, por volta de 1800. Em 1801, publicou em Paris o livro onde registrou suas tentativas e que é tido como o primeiro manual de educação de retardados: *De l'éducation d'unhomme sauvage* (MAZZOTTA, 2011, p.21).

Édouard Séguin (escritor Frances, médico, psiquiatra e filósofo) em Paris no ano de 1846 escreveu o livro *Traição Moral, Hygiène e educação de des idiots e des autres enfants arriérés*, que foi recebido com certa indiferença, obra muito polêmica para época. Temos também os estudos do médico Johann J. Guggenbühl (1816-1863) que buscou articular a combinação entre o tratamento médico e educacional. Maria Montessori (1870-1956) médica italiana foi outra importante educadora que contribuiu de modo muito significativo para a evolução da educação especial. Desenvolveu a partir do aprimoramento das técnicas de Itard e Séguin um programa que visava o treinamento de crianças com atraso mental. Incentivou a criação e o uso de materiais didáticos, como blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letra

em relevo enfatizando a “autoeducação”. Suas técnicas foram experimentadas em vários países da Europa e da Ásia.

Temos ainda os trabalhos da médica belga Alice Descoedres (1928) na Europa. A fundação de mais uma escola para surdo em Connecticut em 1817. O Institution Catholique des Sourds-Muets canadense em 1848. Em Massachusetts, 1848, o internato público para deficientes mentais. De acordo com Cruickshand (Apud MAZZOTTA, 2011, p. 25). “O período de 1817 a 1850, no Este, foi de grande atividade e benefício das crianças deficientes. Nesta época apareceram escolas para cegos, surdos e atraso mental. Programas para crianças com defeitos físicos ficaram para décadas posteriores”.

Nos Estados Unidos no período de 1850-1920, houve o aumento crescente de escolas residenciais que visavam dar auxílio e educação para pessoas deficientes. Contudo, será por volta de 1940 que “um anúncio publicado na revista Times de Nova York pelo pai de uma criança com paralisia cerebral, levou a uma organização dos pais destas crianças no sentido de fundarem a New York State Cerebrall Palsy Association. E da mesma maneira dessa associação, pais com crianças com desenvolvimento mental retardado, a partir de 1950, passaram a se organizar. Assim se organizaram na National Association for Retarded Children (NARC). No Brasil, “a Narc exerceu grande influência, [...] tendo sido a inspiradora da criação da Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil” (MAZZOTTA, 2011, p. 26).

Cabe destacar que, inspirados nos movimentos que ocorrem tanto na Europa como nos Estados Unidos, houve no Brasil, no século XIX, iniciativas oficiais e particulares de educadores que visavam a organização de um serviço inclusivo para atendimentos de pessoas cegas, surdas, com deficiência mental e física. Entretanto, “A inclusão da ‘educação especial’, na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX” (MAZZOTTA, 2011, p. 27). A partir de 1854 a 1956 ocorreram iniciativas oficiais e particulares isoladas, porém, de 1957-1993 ocorreram iniciais de âmbito nacional.

2.2 HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS APAES NO BRASIL

APAEs: Volta Redonda (1956), São Lourenço, Goiânia, Niterói, Jundiá, João Pessoa e Caxias do Sul” em 1957. “Natal (1959), Muriaé (1960), São Paulo (1961)” (MAZZOTA, 2011, p.50).

Devido à grande ampliação das APAEs no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, é entre nós a partir de 1957 a 1993 que temos as iniciativas oficiais no âmbito nacional, ou seja, o atendimento a pessoas deficientes foi assumido pelo governo federal. Assim, diversas campanhas foram criadas especificamente para este fim. Em 1960, devido aos movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos excepcionais, ambas no Rio de Janeiro, com o apoio do ministro da Educação e Cultura, Pedro Paulo Penido, “[...] pelo decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, [...] foi instituída, junto ao gabinete do ministro da Educação e Cultura, a *Campanha de Educação e Reabilitação de Deficiente Mentais (CADEME)*” – *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*. (MAZZOTTA, 2011, p. 55). (

Instituída a CADEME¹, criou-se um fundo especial, de natureza bancária, previsto nas contas da União, estados, municípios, de entidades paraestatais, donativos, contribuições particulares, de entidades públicas e privadas. Após a publicação da Lei de nº 5.692/71 segundo Mazzota (2011), que previa no artigo de nº 9 “tratamento especial a pessoa deficiente”, tem-se as mais variadas e numerosas ações que passaram a se desenvolver “com vistas à implantação das novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus” (p. 57). Isso pode ser vislumbrado, por exemplo, no parecer de nº 848/72, do Conselho Federal de Educação (CFE), que visa o fornecimento de subsídio para a educação dos excepcionais. Toda a atividade excepcional passou a ser objeto de atenção do MEC e do Conselho Federal de Educação no sentido de cercá-la de garantias.

De acordo com Mazzota (2011) em 1972, *James Gallagher* veio ao Brasil apresentar seu *Relatório de Planejamento para o Grupo-Tarefa de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura do Brasil*. Isso possibilitou a criação dentro do Ministério da Educação e Cultura, de um órgão que fosse responsável pelo atendimento de todas as pessoas deficientes no Brasil. Foi criando então o

¹ Artigo 3º C.A.D.E.M.E. www2.camara.leg.br Publicado no Diário Oficial da União -23.09.1960, pág 12.829 (Publicação Original)

CENESP: Centro Nacional de Educação Especial. Mais a frente entre os anos de 1983-1986 o órgão foi transformado em *Secretaria de Educação Especial* (SESPE) e transferido para Brasília e mais tarde reestruturado pelo Ministério da Educação, ou seja, extinta.

Foi então atribuída à Educação Especial a SENEb: *Secretaria Nacional de Educação Básica*. Porém, os momentos tensos políticos no final de 1992 após a saída do presidente Fernando Collor de Melo, ocorreram diversas reorganizações dos Ministérios e mais uma vez a *Secretaria de Educação Especial* (SEESP) apareceu.

Após isso ocorreu uma série de oscilações em torno do tratamento que deveria ser destinado a Educação Especial no Brasil. Contudo, por mais que o citado supra, tenha sido apenas uma apresentação descritiva da história da trajetória da Educação Especial, é importante ressaltar que, vislumbrar temporalmente nos permite pensar as intenções que possibilitaram o movimento em torno do acesso e tratamento igualitário a todos.

A APAE é o exemplo de um movimento particular de pais e amigos de pessoas excepcionais que começaram a prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitassem.

A APAE passou a constituir uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência, organizadas em mais de duas mil unidades presentes em todo o território nacional.

Toda essa mobilização em torno da pessoa com deficiência, impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos, que culminou na criação das APAEs e, com a expansão desta iniciativa Brasil afora, convencionou-se a tratá-la como o "Movimento Apaeano". Conforme citação do site da APAE BRASIL:

"O movimento Apaeano é uma grande rede, constituídas por pais, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras – públicas e privadas – para promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e sua inclusão social".²

Atualmente o Movimento congrega a Fenapaes - Federação Nacional das APAEs, 23 Federações das APAEs nos Estados e mais de duas mil APAEs

² <https://apaebrasil.org.br/page/2>

distribuídas em todo o País, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. É o maior movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação.

Para tanto, cabe agora destacar no próximo capítulo o processo de inclusão, problematizando e argumentando em torno da inclusão enquanto direito de acesso à educação de qualidade. (APAE BRASIL).

Atuando em todo território nacional, as APAES são instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Presentes em vinte e quatro Federações Estaduais abrange todo o território nacional e atende mais de duzentas e cinquenta mil pessoas portadores de deficiência. As duas mil e duzentas entidades são filiadas a FENAPES (Federação Nacional das APAES).

A FENAPES ´como organização social e de utilidade Pública Federal, foi fundada em 1962, tem seu certificado no intuito de prestadora de assistência social, com caráter cultural, educacional e assistencial, assim como outras finalidades, deve articular, promover e atuar em defesa das pessoas com necessidades especiais perante as entidades nacionais e internacionais nas práticas de melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Na EDUCAÇÃO pode-se dizer que as APAEs realizam um trabalho de apoio intensivo aos estudantes com deficiência.

Na CAPACITAÇÃO a atuação dos alunos em ofícios profissionais despertam a vontade de desenvolver aptidões na realização social.

Na SAÚDE tem um acompanhamento em todo ciclo da sua vida, com atendimento de profissionais de várias áreas. O atendimento aos deficientes vai desde a prevenção até a reabilitação com atendimento especializado.

Na ASSISTÊNCIA SOCIAL a parceria com setores sociais faz com que a qualidade de vida seja mais bem aceita pela sociedade.

Na PROTEÇÃO atua em defesa e na garantia dos direitos constituídos em lei. Visa a assistência e o cumprimento das ações protetivas, assim como o bem-estar, o combate a violência e a exploração.

3. A CONSTRUÇÃO DA APAE SÃO BORJA

A APAE de São Borja foi fundada em 25 de junho de 1969 conforme a sua Ata nº 1, primeiramente conhecida como Escola Municipal de Ensino Especial, com a finalidade de estudar o projeto dos estatutos para criação de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – A P A E. Fruto de uma vivência pessoal a APAE emerge como local de trabalho com crianças deficientes. A vinda de um filho diferente do padrão considerado “normal” altera radicalmente a dinâmica de uma família. A comprovação de que o filho tem algum tipo de deficiência exige algumas transformações e adaptações por parte da família que o recebe. Os pais nunca esperam um filho com deficiência, assim esse choque pode levar a distorções de comportamento em relação ao filho que variam entre os extremos da proteção excessiva e da rejeição total.

Criar e educar um filho com deficiência pode parecer a princípio, um grande desafio principalmente em razão da ideia que essa criança poderá ser dependente de seus pais, em vários aspectos durante toda a vida. Isso porque geralmente, não se oferece à família o apoio e as informações necessárias e adequadas acerca das condições e possibilidades de desenvolvimento de uma criança com deficiência, focando-se apenas nas limitações ou dificuldades que esta poderá ter. Contudo, visando possibilitar um maior bem-estar, uma educação de qualidade, uma melhor qualidade possível que as iniciativas na construção de um espaço para o desenvolvimento pleno de uma criança com deficiência que a APAE de São Borja, emergiu. Isso é possível vislumbrar na fala da primeira diretora da Escola Municipal de Ensino Especial.

[...] eu tinha uma filha com deficiência, com necessidades especial, agora é necessidade especial, que na hora do parto teve lesão cerebral e ficou muito prejudicada, perdeu o equilíbrio....quando ficou com 6 ou 7 anos....eu sentia aquela necessidadeeu sempre dei uma vida para ela do mais perto possível da realidade, da normalidade.....é difícil pra gente a aceitação, mas tudo isso eu superei. Ai eu procurei a Magda Bicca, que é minha comadre e discuti com ela sobre a deficiência.

A partir dessas entrevistas que foi possível descobrirem iniciativas de escolas com espaços próprios para as crianças com diferentes tipos de deficiências. Essa escola estava localizada no Rio de Janeiro. A APAE fundada em Niterói era fruto da iniciativa de “Divas Simões”, que tinha um filho paraplégico. Foi a partir de histórias

semelhantes que ocorreu os primeiros passos para a construção da APAE em São Borja.

Dóris me fez um encontro com essa senhora, aí a Dona Diva foi viajar para Niterói e disse, o que vocês precisarem da APAE eu ajudo. Eu não me lembro quem foi na prefeitura comigo, Maria Helena ou a Dóris não lembro mesmo. ...E aí vamos fundar uma escola? Eu tinha muitas amigas a Neuza Mota entre muitas. Amigas mesmo, amigas missionárias daqui da cidade. Hoje estou com 85 anos. Ai então eu fui lá ao Juca e a Maria Helena que era secretária da educação me acompanhou. Falei para o Juca; eu quero fundar uma escola que seja pra crianças, crianças assim... Naquela época vou te dizer os termos que nós usávamos para as crianças excepcionais: O Juca, como? O que é excepcional? É assim como a mana, a Liliane. Ah! Mas pode. Chamou a senhora Maria Helena e disse vamos fundar a escola. Aí ele deu toda liberdade para a secretária, foi aí que a gente conseguiu fundar a escola.

A Escola Municipal Especial é resultado de um movimento individual a partir de experiências pessoais com crianças deficientes. As APAES emergem com a missão maior de defesa dos direitos das pessoas com deficiência; passam a serem parceiras na construção desse caminho da educação em nosso país.

A escola foi fundada na Rua General Marques esquina com General Luiz Fagundes. Inicialmente com 4 alunos. Vejamos o relato:

A professora Maria Helena conseguiu quatro professoras municipais pra iniciar, mas não dominavam a técnica com alunos deficientes. Aí a Dona Diva foi a Niterói e disse que traria todo o material didático que pudesse, a APAE tinha que ter um material diferenciado. Aí ficamos naquela escola e pensávamos como carregar aquelas crianças. Eu podia mandar minha filha, mas pensava nas outras sem condições. Então o Juca pegou um carro de "praça", para fazer o transporte das demais crianças, alugava e arcava com as despesas, foi decisão do prefeito.

Vislumbram-se nessa fala os primeiros passos para o prosseguimento das atividades da APAE de São Borja. O número de crianças passou a aumentar, e a comunidade passou a ter consciência das atividades que passaram a ser desenvolvidas pela Instituição. Para tanto, devido ao crescente número de alunos que adentravam a escola, fora fundamental alocarem um novo espaço para dar conta da demanda, que buscavam auxílio na escola. Desse modo buscou-se Registrar a APAE na parte municipal, estadual e federal para consumir a inscrição e conseguirmos a inscrição para poder pedir ver estadual. Dona Diva nos auxiliou, providenciamos e a APAE foi registrada municipal e estadual.

Nesse processo de construção e efetivação da APAE desafios foram se interpondo durante os primeiros anos. Desafios pela escassez de especialistas, como desafios estruturais, ou seja, um espaço próprio e amplo que dê conta da demanda de alunos que se matriculavam na instituição. De acordo com fala da primeira diretora, vemos as iniciativas em torno das tentativas de suprir esses desafios que revelavam mediante o crescimento da APAE de São Borja, a qual tem atualmente na sua direção a Sr^a Tatiane Matter Bortoloto.

Consegui também um casal de professores que vinham do Uruguai para fazerem fisioterapia na minha filha. Uma outra amiga que também tinha uma filha com necessidade de fisioterapia, criou um centro de atendimento a essas crianças que se localizava no antigo hospital infantil Ivan Goulart. Nesse meio tempo nos veio a lembrança que a primeira faculdade de fisioterapia foi em Recife, então um médico de São Borja foi para essa faculdade para fazer especialização, foi aí que eu convidei o Dr. Vladimir e ele muito nos auxiliou na escola.

A APAE assumia uma forma que exigia um espaço maior e próprio. Para tanto, mediante a doação de um terreno e a disponibilização de verba municipal a escola foi construída. Recebeu o nome de “Cyro Ferreira Aquino” conforme o acordo com a família doadora do terreno onde a escola fora construída. Montou-se a estrutura; conseguiu-se o transporte; contrataram-se novos profissionais,

Fazíamos campanhas até que um dia o “Lions” nos cedeu metade da verba e conseguimos compra a primeira “Kombi” e o prefeito doava o chofer. A gente conseguiu uma fisioterapeuta, um psicólogo e uma assistente social que uma vez por mês nós trazíamos de fora, em São Borja não existiam esses profissionais. Conseguimos com a empresa Planalto de transporte as passagens e as despesas de estadia eram sempre arrecadadas através de campanhas, sorteios e até mesmo doações da sociedade. A gente se “virava” muito.

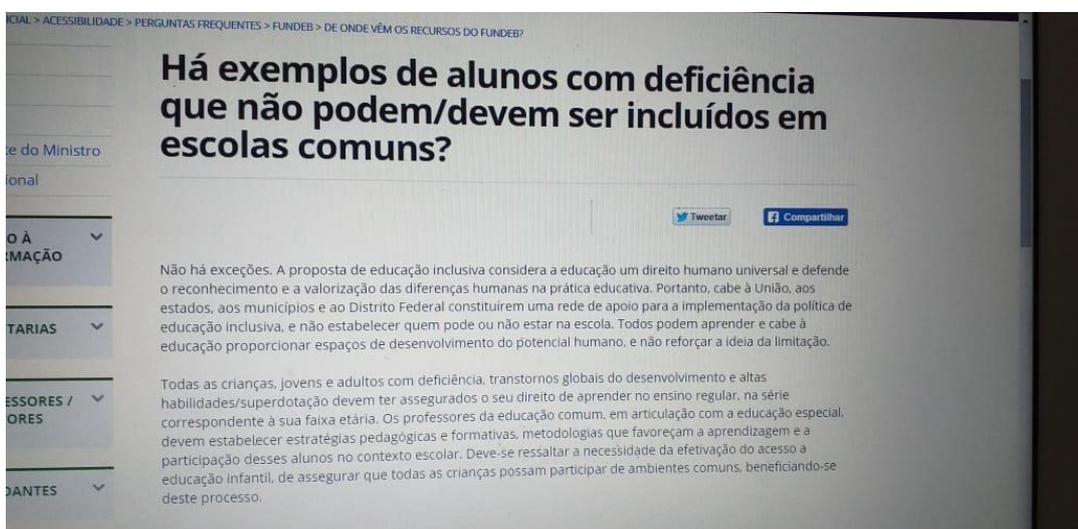
O trabalho desenvolvido pela APAE ganha novos contornos e passa atingir um público maior, os professores passaram a se especializar no sentido de contribuir de modo mais significativo no desenvolvimento das crianças, jovens e adultos com deficiências.

3.1 Uma visão geral da APAE São Borja

Durante a elaboração deste trabalho e já de posse de algumas leituras, ao que me proponho, e conforme está referenciado no final, se faz necessário uma estruturação dos caminhos a serem percorridos, até chegar ao objetivo final. Usando uma metodologia de entrevista qualitativa, com diretoras da APAE Centro, APAE da Vila Cabeleira, professores e funcionários...

Também se fez necessárias várias pesquisas a campo. Várias visitas as escolas, revelam inúmeras situações de acolhimento do aluno com deficiência, para o aluno ter acesso a escola, o primeiro passo é uma avaliação de um médico clínico geral, o qual irá diagnosticar a deficiência, seja ela, mental, física ou intelectual. Feito isso, os pais também são encaminhados para uma psicóloga ou assistente social.

Começa um processo onde o aluno será encaminhado a um profissional da APAE, dependendo do grau da deficiência, da dificuldade de cada aluno, a APAE, em sua maioria, recebe alunos com pouca idade ou recém-nascidos e outras com mais idade e com maior dificuldade de reversão, conforme a sua necessidade.



Não há exceções. A proposta da educação inclusiva considera a educação um direito universal e defende o reconhecimento e a valorização das diferenças humanas na prática educativa. Portanto, cabe à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal constituírem uma rede de apoio para a implementação da política de educação inserciva, e não estabelecer quem pode ou não estar na

escola. Todos podem aprender e cabe a educação proporcionar espaços de desenvolvimento do potencial humano e não reforçar a ideia de limitação.

Todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados devem ter assegurado seus direitos de aprender no ensino regular na série correspondente à sua faixa etária. Os professores da educação comum, em articulação com a educação especial devem estabelecer estratégias pedagógicas que forneçam a aprendizagem e a participação desses alunos no contexto escolar. Deve-se ressaltar a necessidade da efetivação do acesso a educação infantil, de assegurar que todas as crianças possam participar de ambientes comuns beneficiando-se desse processo.

A APAE Centro, a sede mais antiga, acolhe em sua maioria crianças, enquanto a APAE da Vila Cabeleira acolhe os “adultos”. Conforme constatei em várias visitas, a APAE Cyro Aquino Ferreira, Centro, abriga as condições fundamentais de iniciação do aluno, nela existe biblioteca, brinquedoteca, salas de aula, refeitório, sala de informática, sala de assistência social, diretoria, pátio de recreação onde acontecem atividades como teatro, educação física, capoeira, entre outras. A equoterapia é uma atividade desenvolvida extra APAE, realizada no 2º RC MEC, cedida gentilmente pelo Exército Brasileiro.

Essa atividade é recomendada a alunos com dificuldade de locomoção, onde o uso do cavalo é fundamental na recuperação.

Já a APAE Cabeleira abriga alunos acima de 16 anos, considerados “adultos”. A eles são destinados, dias intercalados de aulas e oficinas. Dentre as atividades principais extra sala, a APAE Cabeleira conta com um ginásio, onde se realizam trabalhos manuais e são confeccionados objetos, principalmente, a base de papelão e outros produtos recicláveis. Uma padaria onde os alunos aprendem uma profissão, horta com plantação de verduras, supervisionada por funcionários, sala de informática com programas já pré-definidos para cada aluno.

Quando se fala em aprendizagem, processo pedagógico, conteúdos, percepção e outras palavras que estejam relacionadas à fruição do conteúdo por crianças; é preciso muita cautela.

Há pessoas que não sabem, mas dentro de uma sala de aula pode haver diferentes formas de absorver uma matéria ou uma explicação dada pelo educador. E no caso de alunos com deficiência? Há possibilidade de existir diferenças entre eles?

A resposta é sim. Obviamente, assim como há diversidade entre alunos regulares (que não apresentam deficiência cognitiva), há também diferenças entre estudantes com alguma deficiência. A pergunta que fica no ar é **como avaliar as aprendizagens** dessas crianças e adolescentes?

A primeira dica é jamais adotar a mesma forma de avaliação para todos os alunos. É preciso respeitar os limites que cada um apresenta. Portanto, deve-se ter um olhar minucioso quanto às habilidades e à percepção que os estudantes apresentam, sobretudo aqueles que manifestam alguma deficiência.

Hoje em dia, muitas escolas, que trabalham com a inclusão e que decidem por manter os alunos na mesma sala, adotam técnicas que são eficazes.

- Estabelecer alguns mecanismos que visem a facilitar o aprendizado do estudante com deficiência: adaptação para as necessidades da criança/adolescente;
- Abolir a adoção de um ritmo único de aprendizado pelos alunos;
- Flexibilizar as formas de avaliação dos estudantes (provas, exames, ditados, etc.) e evitar comparações com as respostas dadas por eles;
- Estabelecer recursos que promovam a acessibilidade dos estudantes com deficiência e facilitem a aprendizagem dos mesmos, assim como a expressão de todos eles através da fala.

O que deve ser feito para a promoção da inclusão dos alunos com deficiência é executar uma avaliação escolar que desenvolva o conhecimento, de forma que os educadores consigam identificar os resultados. Além disso, melhorar os pontos que precisam de mais atenção. Mas, claro, tudo de maneira que atenda às necessidades de cada pessoa.

Nada melhor que flexibilizar a forma de aplicar os conteúdos e até mesmo os suportes que podem usados em sala de aula. No caso dos conteúdos, os educadores podem procurar mecanismos que facilitem a absorção da matéria pelos alunos. Já os suportes podem ser variados, indo da velha lousa aos jogos pedagógicos, sobretudo aqueles que apostam nas cores e nos formatos para facilitar o aprendizado dos pequenos.

Infelizmente, é preciso reconhecer que muita coisa deve ser feita para que as escolas, de fato, adotem a inclusão em suas dependências.

4. ASPECTOS LEGAIS UNIVERSAIS E BRASILEIROS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

No ano de 1948 foi proclamado o direito à educação por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ainda houve sua confirmação por meio da Declaração Mundial sobre Educação Para Toda criança tem o direito de ser educada e fazer parte de uma comunidade escolar para aprender a viver em sociedade e estar preparada para essa vida. (UNESCO, 1998)

Na Declaração da Salamanca de 1994 ficou instituído que “[...] demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional” (CARTA DE SALAMANCA, 1994, s/p). Iniciou-se aí o direito à educação inclusiva em classes do ensino regular. Ainda nessa mesma declaração, consta que existem milhões de adultos com deficiências das mais diversas e sem nenhum acesso à educação básica, em especial, em regiões em desenvolvimento no mundo todo. É insignificante o número de crianças com algum tipo de deficiência que tiveram acesso à escola na infância

Outro documento que deve ser observado é a Carta para o Terceiro Milênio, onde consta que “estatisticamente, pelo menos 10% das pessoas de qualquer sociedade nascem ou adquirem uma deficiência; e aproximadamente uma em cada quatro famílias possui uma pessoa com deficiência” (CARTA, 1999, s/p).

Dito isto, é possível perceber a importância de discutir a inclusão de pessoas com deficiência em salas de aula da rede regular de ensino, com o suporte de escolas ou departamentos especializados, é possível incluir sem excluir, fazendo com que os alunos com necessidades especiais ou deficiências, estejam no mesmo patamar educativo de qualquer outra criança. Buscar dispor de atendimento para todos, que vise o acesso e a participação no ambiente escolar de forma inclusiva, garantindo todos os dispositivos, compreendendo todos os materiais e profissionais, garantindo também a convivência e evitando a discriminação dentro e fora da escola.

Ressalta-se que a inclusão vem contribuir significativamente para a qualidade de vida da pessoa com deficiência, levando em conta que esta terá uma vida produtiva e necessita de educação e conhecimentos que garantam essa produtividade. Ocorria, em tempos passados, que as pessoas com algum tipo de deficiência ficavam relegadas a um terceiro plano, sem condições de ascender social ou profissionalmente.

No passado a educação para alunos com necessidades educacionais especiais era realizada em escolas especiais, e atualmente é percebido o movimento em favor da inclusão educativa de forma efetiva, em rede de ensino regular, com iguais condições para todos os alunos. Nessa linha de pensamento, concorda-se com Beyer, quando este fala que:

A educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, não apenas como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além dessa interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, é fundamental uma pedagogia que se dilate antes as diferenças do alunado (BEYER, 2010, p. 277).

Mesmo com a Declaração da Salamanca em 1994, que trouxe muita inovação para o cenário educacional, ainda existe muito a ser feito, em especial, no que se refere a efetivar a inclusão nas escolas de ensino regular. São diversos os desafios enfrentados no cotidiano das escolas, e um dos argumentos mais frequentes dos professores envolvidos, vem sendo a mudança do paradigma que implica em atender esse alunado de forma satisfatória, sem excluí-lo ou excluir os demais alunos da classe.

Ao considerar a legislação atual, nota-se uma tímida evolução na questão da inclusão efetiva, ou seja, está acontecendo, de forma gradual e vagarosa, enfrentando muitas questões e dúvidas, e com pouca inovação no que se refere a ideias que possam colaborar para sua realização.

Para compreender a legislação vigente, importa observar os itens organizados a seguir, onde constam as leis e decretos mais significativos no que se refere à educação especial, e que são muito utilizados nas escolas de ensino regular ou especial. As leis foram pesquisadas e lidas com a finalidade de enriquecer o conhecimento e colaborar na construção do marco teórico apresentado nesse capítulo.

Estão organizadas em uma perspectiva histórica, e foram escolhidas tão somente por terem sido citadas pela equipe diretiva e pedagógica, assim como alguns professores, da APAE, e todo material se encontrava em arquivos digitais ou impressos na própria escola 1961 – Lei Nº 4.024: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

1989 – Lei Nº 7.853: O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência.

1994 – Política Nacional de Educação Especial: Em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada “integração instrucional”, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência.

1996 – Lei Nº 9.394: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial.

1999 – Decreto Nº 3.298: O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências.

2001 – Lei Nº 10.172: O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência.

2001 – Resolução CNE/CEB Nº 2: O texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002: A resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”.

2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

2007 – Decreto Nº 6.094/07: O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil

para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.

2012 – Lei nº 12.764: A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Frequentemente a escola segue outros caminhos, adotando práticas excludentes ao invés de inclusivas, e que configuram atitudes paliativas, deixando para as equipes de escolas especializadas, como as APAEs a tarefa de efetivar a educação e o desenvolvimento de pessoas com deficiência. Tais escolas se apropriam de soluções utilitárias, que são planejadas por pessoas que fizeram isso a muito tempo e totalmente alheia à realidade de cada entidade de educação (ROPOLI et. al, 2010).

Assim, o ensino individualizado para os alunos com deficiência ou problemas de aprendizagem com currículos adaptados, finalidades específicas e métodos especiais de ensino, trazendo avaliações diferenciadas, acaba prejudicando mais do que auxiliando, visto que deixa o aluno alheio a realidade a sua volta, mesmo com a convivência com outras pessoas, causando uma homogeneização nas turmas da escola de ensino regular, e excluindo pessoas que não sejam “homogêneas” a determinado grupo (ROPOLI et. al, 2010).

Partindo dessas reflexões iniciais, é possível perceber a integração e a inclusão como processos pensados, com o objetivo da presença dos alunos com deficiência no ensino regular, incluídos no processo educativo. Importa observar que são necessários processos externos e internos nas pessoas envolvidas, com quebra de paradigmas e aprendizagem diária. O professor precisa estar pronto para receber essa novidade em sua sala de aula, tanto capacitado para isso como disponível para tal.

Dessa forma, a integração, que foi o passo inicial para a inclusão, modificou o aluno que se adequou para o meio escolar engessado. Com a evolução da inclusão, o meio escolar é que busca se adequar para atender seu alunado diversificado e com tantas demandas de aprendizagem e desenvolvimento humano (GOMES et. al, 2010).

O que se observa é que para incluir, a primeira mudança deve ocorrer dentro da escola para ser possível acolher toda a multiplicidade existente. É necessário repensar a escola, sua estrutura e currículo, buscando construir um ambiente que

aceite e respeite as diferenças, considerando a gama de deficiências e necessidades especiais que existem (ROPOLI et. al, 2010).

Importa analisar a questão da identidade como norma privilegiada diante as demais, onde segundo Ropoli (et. al, 2010, p. 7) “em ambientes escolares excludentes, a identidade normal é tida sempre como natural, generalizada e positiva em relação às demais”, e isso é resultado do processo pelo qual a escola aceita os iguais como normal e os diferentes como deficientes, e isso precisa mudar, é outro paradigma a ser quebrado. Afinal, o que é ser normal?

Ao concordar com isso, analisa-se a ideia de Mantoan (2011) sobre a escola precisar entender que todos são constituintes uns dos outros e que em um ambiente de diversidades, existe um melhor desenvolvimento dos processos que envolvem o conhecimento, a partir do momento que ocorrem as trocas sociais entre pessoas tão diferentes.

Para desconstruir essa identidade normal que se espera do alunado nas escolas, é necessário repensar os conceitos de diversidade e multiplicidade como algo inovador na cadeia evolutiva da sociedade. É preciso desconstruir a normalidade, socialmente construída e positivada, negando a diferença, para quebrar esse paradigma e avançar no ciclo evolutivo.

Deve-se refletir sobre esses conceitos com urgência, visto que a distinção conduz à percepção e possível adoção de uma norma da inclusão, onde o correto não seja acolher o diferente junto aos demais, e sim colocar o diferente junto aos demais para que se observe como se porta. Não pode ser assim, deve-se acolher a diferença e ensinar a todos, inclusive o incluído, a aprenderem juntos e desenvolverem-se socialmente de forma efetiva (MANTOAN, 2011).

Aranha (2006) afirma que a inclusão vai muito além do direito assegurado por lei a uma educação igual para todos. Os sujeitos podem e devem, na convivência entre si, estar num espaço privilegiado para aprender e se desenvolver, sentindo parte de alguma coisa, de um grupo. Ser respeitado e estar ali participando ativamente de sua própria construção cidadã.

Isto é, construir bases para a desconstrução da histórica influência positivista na educação escolar, criadora da exclusão social, expressa na não aceitação do que não seja o padrão de normalidade positivado, o que gera a polaridade e a excludência (ARANHA, 2006, p. 56).

Retomando Ropoli (et. al, 2010), se observa uma reestruturação do ensino regular e especial, que foi necessária para atender as necessidades de todo o alunado diversificado existente e o seu direito à educação. Para respeitar o compromisso firmado pelo Brasil com a Declaração da Salamanca e outros documentos internacionais, o estado assegura isso em sua Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996 (Lei nº 9.394).

Formaliza-se então em 2008, a oferta de Educação Especial por meio do Decreto 6.571 e pela Resolução nº4/2009 que regulamentaram a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Foi por meio dessas normas que se assegurou a matrícula dos alunos com deficiência no sistema escolar regular de ensino e no atendimento especializado, sendo ou não complementar, considerando e respeitando a especificidade e limites de cada um.

Aos poucos, foram sendo disponibilizados caminhos para a efetivação da inclusão e o que se observa atualmente é um grande avanço em direção ao que se esperava no começo da década de 2000, onde todos estariam na mesma sala se desenvolvendo cada um dentro de suas potencialidades, possibilidades e limites, e aprendendo juntos.

Nessa visão, importa ressaltar a importância da qualificação profissional do professor da atualidade, que deve estar pronto para receber a diversidade em sua sala de aula. E foi com essa intenção, a de qualificar os professores, que a Secretaria de Educação Básica iniciou em 2004 a “Rede Nacional de Formação Continuada de Professores”(MEC, s/p) que visa atender, em todas as modalidades de ensino, as necessidades de qualificação e capacitação de professores da rede nacional de ensino para atuarem em sala de aula com atendimento às diversidades.

Mas essa rede ainda precisa ser concretizada em muitos estados brasileiros, e a reflexão sobre o direito à educação para todos deve ainda ser muito disseminada como meio e não apenas como fim, visto que muitos professores não aceitam a mudança e nem mesmo acreditam que ela possa dar certo, visto que estão acostumados com seus alunos em sala de aula engessada, com o mesmo plano de aula de mais de uma década de idade, tentando ensinar as crianças com fórmulas decoradas e atividades ultrapassadas.

Se essas mudanças realmente acontecerem, a escola não será inclusiva somente para o público alvo (crianças com deficiências), mas para todos os alunos, sem distinção de sua singularidade cultural e orgânica. O que constitui as diferenças

podem ser utilizadas como ferramentas de ensino, aproveitando as capacidades dos alunos para ensinar aqueles que não têm qualquer deficiência, com atividades inovadoras, diferenciadas e variadas, buscando sempre motivar e desenvolver os alunos (MANTOAN, 2011).

Observa-se que os professores e os gestores escolares necessitam entender, urgentemente, que identidade não pode ser entendida como algo permanente e acabado, generalizado, e sim transitório, instável e inacabada, pois os alunos estão construindo suas identidades diariamente, durante o decorrer de suas vidas. E na inclusão efetiva, entender isso é de suma importância para evitar rótulos ou ações justificadas a partir da identidade de uma turma (ROPOLI et. Al, 2010).

Para incluir é necessário que qualquer entidade educativa se modifique para acomodar a diversidade que está sendo demandada. Atualmente a escola precisa se adequar para receber os alunos, e não o contrário como ocorria no passado. Mantoan (2011) ressalta que as escolas devem buscar adaptar seu currículo e atendimento às necessidades educativas que o aluno que está em processo de inclusão apresenta. E afirma que o "sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado de acordo com essas necessidades" favorece para o desenvolvimento pleno do sujeito, tendo ele ou não necessidades especiais (MANTOAN, 2010, p. 16).

Na realização da pesquisa bibliográfica para a construção desse capítulo, ficou claro que os autores concordam em sua totalidade sobre a urgente necessidade de uma reflexão mais concreta sobre o sentido de ensinar, que não deve ser uma ação unificada, lecionando conteúdos prontos, fazendo com que os alunos aprendem como podem. Ensinar deve ser construir, desenvolver, estar junto do seu alunado e com ele aprender dia após dia.

E nesse contexto, importa analisar o aparato para a inclusão, que está sendo organizado pelas escolas, como a macro-estrutura e as burocracias do sistema que devem ser levadas em conta. Os professores se encontram cada vez mais alheios ao que realmente importa, preocupando-se com qualificações e capacitações para atuar de forma efetiva, se na realidade primeiro, precisam se readequar para serem capacitados. Precisam aprender a aprender novamente para poder ensinar na inclusão (ARANHA, 2006).

Partindo dessa visão, observa-se ainda que para que a inclusão aconteça de maneira efetiva e qualificada, os professores e gestores, e os pais de alunos

também, devem reconhecer que os alunos aprendem conforme suas capacidades e potencialidades, tendo seus limites respeitados, e não de outra forma, decorando textos ou fórmulas, ou sendo comparados ao colega. O desempenho escolar não deve ser medido de forma homogênea, e sim conforme a construção e o desenvolvimento do saber que cada aluno está atingindo (BEYER, 2006).

"Entender este sentido emancipador da adaptação intelectual é sumamente importante para o professor comum e especializado" (MANTOAN, 2010, p. 19). O professor precisa ter a consciência de que sua especialização deve ser direcionada ao aluno, para o seu atendimento. É necessário ver o aluno em toda a sua constituição, com limites e capacidades, e a partir disso, o professor irá conseguir atuar na construção de seu aprendizado.

Afinal, o trabalho educativo precisa estar pautado no real, tomando como norte as diferenças em processos educacionais iguais para todos, onde se exclui mais que se incluem e onde algumas crianças simplesmente não aprendem o que as outras conseguem aprender. E nesse ponto da discussão é interessante ressaltar a questão do aluno com deficiência intelectual.

A Convenção da Guatemala esclareceu que discriminação significa a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em uma deficiência observada, e o deficiente intelectual enfrenta obstáculos bastante significativos para efetivar sua inclusão na sala de aula do ensino regular, motivado pelas suas limitações (ARANHA, 2006).

Mantoan (2010) aponta para uma prática pedagógica onde a diferença seja valorizada. Ao valorizar a diferença e a limitação do aluno em prol de seu próprio desenvolvimento, adiantam-se vários passos em direção à efetivação do aprendizado, pois "todos têm o que ensinar e aprender em um ambiente escolar caracterizado pela diferença de capacidades, as quais circulam e diluem a autoria do conhecimento conferida a um único aluno" (MANTOAN, 2010, p. 20).

Assim no caso do aluno com deficiência intelectual, o material didático-pedagógico se transforma numa ferramenta que colabora ativamente para o seu desenvolvimento pleno durante o processo de educação escolar.

São momentos e procedimentos específicos em ambientes relativos ao processo educativo que envolve os professores e seus alunos, atendendo sempre as necessidades de cada caso isolado, cada aluno com suas potencialidades ou dificuldades potencializada.

A deficiência intelectual é uma das condições mais interessantes para o presente estudo no que se refere à educação e merece um destaque nessa revisão teórica, visto que abrange uma gama muito extensa de particularidades e necessidades, e buscar entender e enriquecer o conhecimento a seu respeito é parte do processo de formação do futuro professor que está interessado no processo educativo.

5. FOCALIZAÇÃO DE ALUNO COM DEFICIENCIA INTELECTUAL E MULTIPLA

Atualmente, o mundo tenta quebrar paradigmas e teorias acerca das capacidades humanas e suas limitações perante o que se considera normal. A participação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, e entre eles, especialmente, os deficientes intelectuais é um tema amplo, importante e que deve ser debatido incansavelmente, na busca por novas estratégias de ensino, novas possibilidades de desenvolvimento e novas linhas de atuação.

A deficiência intelectual é caracterizada, segundo Gomes (et. Al, 2010, p. 42) "por defasagens e alterações nas estruturas mentais para o conhecimento". Assim, se caracteriza pela diferença na forma de entendimento e de aprendizado do aluno.

A deficiência intelectual é uma das deficiências mais presentes em crianças e adolescentes, conforme estudo publicado por Honora e Frizanco (2008) e atinge 1% da população mundial. Está caracterizada pela redução do desenvolvimento cognitivo (QI abaixo do esperado para idade cronológica) e acarreta desenvolvimento mais lento na fala e também no sistema neuropsicomotor, além de outras habilidades que comumente são afetadas.

Atualmente não é mais considerada uma patologia e nem um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízos das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. O diagnóstico necessita do envolvimento de diversos médicos das mais diversas áreas para compreender as necessidades e potencialidades etiológicas, comportamentais, sociais e educacionais do sujeito (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Dados da UNICEF (MANTOAN, 2011) informam que as principais causas de deficiências no Brasil são a nutrição inadequada de mães e crianças, as doenças infecciosas, os acidentes e ocorrências de acontecimentos anormais pré-natais e

pós-parto. Ainda, os problemas sociais são apontados como causas, como violência, acidentes de carro, baixo nível socioeconômico, falta de conhecimento e uso de drogas.

Beyer (2006) e Aranha (2006) retomam que as pessoas com deficiência intelectual só passaram a ser considerado passível de educação a partir do século XIX, com o trabalho do médico Jean Itard (1774-1838) que é considerado o primeiro teórico da Educação Especial e trouxe a conhecimento do mundo toda a história do menino Victor de Aveyron, conhecido como o menino selvagem. Seu trabalho era baseado na teoria empirista do conhecimento.

Entretanto, a importância era dada aos fatores biológicos ao invés dos fatores socioambientais e essa situação esteve presente até os anos cinquenta, quando novos estudos nos Estados Unidos trouxeram novas noções dos fatores causadores de problemas e deficiências nos seres humanos.

Ao analisar o histórico acerca de deficiência mental no mundo, os autores enfatizam que para efeitos educacionais, ela vem sendo entendida como aquela deficiência em que o desenvolvimento dos sujeitos que a apresentam é mais lento do que os demais a sua volta, e que não manifestam qualquer deficiência. Não se deve negar a existência de dificuldades individuais que são geradas por limitações de ordem neurológica e intelectual, que são inerentes ao próprio indivíduo, mas que exigem mediações especiais para sua constituição de condição de aprendiz de algo ou alguma coisa (ARANHA, 2006; BEYER, 2006; MANTOAN, 2011; ROPOLI et. al, 2010).

Qualquer limitação afeta de forma acentuada a capacidade de resolver problemas ou ter atitudes, e na escola, essa limitação fica ainda mais evidente porque o aluno é comparado a outro com sua mesma faixa etária, e do qual, espera-se, tenha as mesmas atitudes e pensamentos. Deve ser levado em conta que as dificuldades do deficiente intelectual na escola podem aumentar ou diminuir dependendo da forma como ele é tratado e colocado frente às outras crianças. Alunos que apresentam deficiência intelectual se sentem, geralmente, incapazes de fazer o que as outras crianças fazem, mesmo antes de tentar (MANTOAN, 2011).

O modo como o professor age com ele que vai fazer a diferença na sua vida e no seu desenvolvimento. Assim, práticas que tenham baixas expectativas de adequação, ou mesmo pouca flexibilidade pedagógica em nada irão ajudar no desenvolvimento dessa criança. Podem atrapalhar e reverter um quadro de

progresso que por ventura viesse acontecendo. O professor precisa saber da importância do seu papel como mediador do conhecimento e facilitador do desenvolvimento (BEYER, 2006).

Mais importante ainda é saber ponderar sobre as diferenças entre seus alunos. Entender que rotular um aluno deficiente intelectual como incapaz ou limitado ao extremo de não aprender nada em sala de aula é uma atitude retrógrada e denigre o alunado diverso. O professor deve ter atitudes positivas e ações afirmativas para com seu aluno.

Por outro lado, importa ressaltar que as limitações mais significativas da deficiência intelectual não estão relacionadas com a própria deficiência, e sim com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas à pessoa. A vida de uma pessoa com deficiência intelectual passa a girar em torno de sua deficiência quando não é oportunizado crescimento e desenvolvimento para ela. As potencialidades devem ser descobertas, estimuladas e desenvolvidas, visando vencer as limitações impostas pela deficiência (ROPOLI et. Al, 2010).

Quando o professor direciona a intervenção para as habilidades deficitárias acaba contribuindo para que elas se sobressaiam sobre suas potencialidades, levando o aluno a acreditar que ele apenas “não consegue” algo que os outros “conseguem” ao invés de fazer com que ele veja que consegue coisas como os outros conseguem. Não se deve centrar a deficiência em suas faltas.

Aranha (2006) enfatiza que ao interpretar a deficiência como um fenômeno que está focado no indivíduo, muitas distorções acontecem e os atendimentos educacionais especializados encaminham esses alunos para atividades que não colaboram no seu desenvolvimento, ficando uma ação de repetição acerca da deficiência, sem tentativas de melhora ou desenvolvimento.

Mantoan (2011) ressalta sempre que o processo de inclusão exige da escola novas atitudes, planejamentos e recursos de ensino e aprendizagem, que devem ser concebidos.

Partindo de uma mudança na atitude dos professores e do corpo diretivo, buscando reduzir o conservadorismo de suas práticas, direcionando a educação para uma atitude inclusiva efetiva e de qualidade. Educando todos para que todos se desenvolvam plenamente dentro de suas possibilidades.

O trabalho com aluno com deficiência intelectual deve ter um planejamento embasado a partir de atividades que partam de seus interesses e habilidades,

evitando treinar o aluno para atividades e ações pré-definidas ou pré-desenvolvidas. A ação deve ter um significado para o aprendizado dele, jamais deve ser simplesmente uma atividade corriqueira. Buscar o equilíbrio entre a necessidade de aprendizado e o que se pode aprender é sempre um desafio empolgante para quem trabalha com deficientes intelectuais (MANTOAN, 2011).

Diante dessas novas perspectivas da inclusão educacional, em especial, para os deficientes intelectuais, a efetivação dessa política será possível quando todos os envolvidos entenderem sua parcela de responsabilidade. Não se faz inclusão do dia para a noite e nem mesmo em seminários e capacitações de professores. A inclusão acontece cotidianamente por meio de ações, atitudes e pensamentos que levam os envolvidos a trabalharem de maneira mais afetiva.

É urgente que as práticas escolares sejam reorganizadas para trabalharem atendendo a todos e não apenas a um grupo homogêneo e maciço de crianças iguais, mesmo porque elas não existem. Deve-se buscar aprender em conjunto, com preocupação os processos interpessoais que são necessários para o desenvolvimento de uma vida saudável, mental e fisicamente. Os professores devem buscar esse objetivo, desenvolver seus alunos da forma mais benéfica e efetiva possível.

Atendendo atualmente a duzentos e cinquenta alunos com deficiência intelectual ou múltipla, a APAE São Borja destaca entre seus alunos com um número mais elevado de atendimento a alunos com Síndrome de Down, Autismos ou de transtornos intelectuais, dividindo o atendimento entre clínico e pedagógico, ou seja, atendimento diferenciado com respectivos profissionais.

Ao analisar-se um conjunto de ações e processos que norteiam a Gestão Educacional da APAE São Borja, pode-se dizer que ela procura mudanças direcionadas na melhoria e qualidade do ensino na escola especial. Como entidade filantrópica se depara com a escassez de recursos obrigando seus gestores a implantarem políticas sociais, mobilizando a comunidade para obtenção de recursos financeiro. Embora receba verbas federais, estaduais e o apoio pedagógico (professores) do município, há carência de soluções no intuito de suprir dificuldades e executar uma gestão democrática e um aprendizado satisfatório.

Como associação a APAE-SB tem na sua missão principal assistir a pessoa com deficiência, ofertando condições no que se refere a melhor qualidade de vida. Seus gestores enfrentam vários desafios. Normalmente, se deparam com o medo

familiar em colocar seus filhos na escola especial vivenciam um processo contínuo de super. proteção, além de conviverem com uma sociedade culturalmente discriminatória, ao mesmo tempo sentem-se vencedores porque tal prática está sendo concretizada diariamente. Colocam que tal atitude não é mais concebível nos dias atuais e que tal prática discriminatória, deve ser atacada energicamente com esclarecimento e conhecimento da sociedade.

Não bastasse conviver com tantas dificuldades, existe a preocupação de atender os alunos mais vulneráveis, aqueles que necessitam atendimento clínico sem interrupção não cessa, ou seja, mesmo durante as férias escolares existe o acolhimento desses alunos. Entre as práticas pedagógicas e os processos de atendimento especializado já existentes, recentemente foi oficializado a prática da EQUOTERAPIA³, estimulação que graças às gestões passadas já haviam introduzida na APAE-SB a mais de dez anos.

Recentemente a partir da Lei 13.830, de 2019, que regulamenta a equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência, e foi sancionado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A publicação no *Diário Oficial da União* ocorreu nesta quarta-feira (14.05.2019). A nova legislação determina que a prática de reabilitação — que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência — será exercida por uma equipe multiprofissional, integrada por médico, veterinário e profissionais como psicólogo, fisioterapeuta e da equitação.

O autor da proposta, senador Flávio Arns (Rede-PR), argumenta que a interação com o cavalo e o ato de montar, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima. De acordo com o projeto, a prática passa a ser condicionada a um parecer favorável, com avaliação médica, psicológica e fisioterápica.

Com finalidades definidas e o compromisso de atuar em prol da prevenção, orientação e prestação de serviços em apoio à família, a pessoa com deficiência e uma sociedade mais justa, a APAE esforça-se em manter um atendimento de qualidade, procurando atender as mais diferentes situações de deficiência. Pode-se

³ Método terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais. (FONTE: <https://pt.wikipedia.org>)

afirmar que as APAE centro e da Vila Cabeleira, atuam com situações diferenciadas. Enquanto a do centro tem suas atividades voltadas para pedagogia e atendimento clínico a da Cabeleira está voltada para a parte profissionalizante e acolhe os alunos maiores de 16 anos. Na APAE centro está direcionada toda a gestão. Nela se concentram todas as decisões, tanto pedagógicas, clínicas ou de contato com pais ou responsáveis. A APAE centro encarrega-se de receber alunos até dezesseis anos, trabalha com oficinas, teatro e educação física; Dispõe de espaço para lazer, biblioteca lúdica, refeitório, sala de atendimento os clínico, assim como inúmeras salas de aula. Enquanto a APAE Cabeleira, com disponibilidade de espaço físico mantém o atendimento mais voltado para a profissionalização. Oportuniza a seus alunos além da prática pedagógica, oficinas de reciclagem, artesanato, horta, sala de informática e padaria.

A APAE São Borja tem como prioridade os atendimentos intelectuais ou múltiplos, conforme relacionados abaixo:

Estimulação precoce de 0 a 3 anos.

Educação Infantil de 4 a 5 anos

Ensino fundamental 6 aos 14 anos

Educação de Jovens e adultos a partir dos 15 anos

Atendimento especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista

Para essa gama de atendimento a APAE São Borja, conta com uma equipe de profissionais, conforme relação abaixo:

Assistência Social; Terapia Ocupacional ;Fisioterapia ;Fonoterapia ;Psicologia ; Neurologia ;Psiquiatria ;Clinico Geral ;Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que com esse conhecimento dentro da escola pesquisada, fica possível entender que na integração das pessoas com deficiência e outras diversidades existe uma resistência para se concretizar o aprendizado, em especial no que se refere a falta de conhecimentos por parte da maioria das pessoas. É necessário mais estudo e muito mais desconstrução de preconceitos que poderiam contribuir para a qualificação efetiva e desenvolvimento com muito mais humanidade.

Percebe-se que é urgente pensar e agir numa perspectiva inclusiva para que tenhamos uma educação de qualidade para todos os alunos, de acordo como o que prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 para que se construa com eficácia uma prática escolar que opere sob a lógica inclusiva. Frequentemente a escola segue outros caminhos adotando práticas excludentes ao invés de práticas inclusivas, e que configuram práticas paliativas, deixando para as equipes de escolas especializadas como as APAEs. Mas a estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula.

A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição.

Através de todos os questionamentos e embasamentos desse trabalho podemos verificar evidências de melhoras quantitativas e qualitativas no desenvolvimento integral dos alunos que frequentam a APAE e que passaram a frequentar educação inclusiva em escolas de ensino público. O processo de educação inclusiva propõe mudanças significativas em torno da compreensão e

valorização dos direitos humanos. A organização familiar no processo de inclusão é imprescindível no contexto escolar.

Para o sucesso da inclusão, é necessário considerar mais alguns componentes essenciais: ambiente estruturado e adaptado às necessidades de cada um, abordagem de ensino que facilite seu aprendizado e a flexibilização curricular, fatores estes que não devem ser utilizados unicamente para os alunos com deficiência, mas para todos que necessitem de um currículo adequado à sua individualidade.

Para tanto, é fundamental valorizarmos a importância da APAE de São Borja, pois é essencial que os interesses das pessoas com deficiência intelectual estejam um elo que mobilizem os diferentes setores da sociedade em busca de justiça e bem-estar, objetivando alcançar uma educação para todos, centrada no respeito à valorização das diferenças, onde o aluno será encaminhado a um profissional da APAE, dependendo do grau da deficiência, da dificuldade de cada aluno, a APAE, em sua maioria, recebe alunos com pouca idade ou recém-nascidos e outras com mais idade e com maior dificuldade de reversão, conforme a sua necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2ªed., Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BEYER, H.O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas**. Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. (p. 277 – 280). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acesso em 01 maio 2016.

BRASIL. Lei de nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em 03 de novembro de 2017. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>

_____. Resolução cne /ceb nº 4, de 13 de julho de 2010 define diretrizes curriculares nacionais gerais para educação.

BRASIL, LEI Nº 13.830, Esta Lei dispõe sobre a prática da equoterapia. Acesso em 9 de junho de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13830.htm

Carta para o Terceiro Milênio (1999). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: maio de 2017.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001). Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/dhumanos_99.htm>

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: maio de 2017.

Declaração de Salamanca (1994). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: maio de 2017.

Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em maio de 2017.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** Ciranda Cultural, 2008.

LAKATOS E MARCONI. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 3ª ed., Petrópolis/SP: Vozes, 2011. p. 121-151.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 1996. ROPOLI, Edilene Aparecida et.al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

UNESCO, 1998. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990 Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> acesso em 10/08/2017

UNESCO, 1998. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> acesso em 10/08/2017

WERNECK, Cláudia. Muito prazer eu existo: Livro sobre o portador da Síndrome de Down. São Paulo: Memnon editora, 1992, p.91.

(<https://jus.com.br/artigos/48124/o-exercicio-da-cidadania-no-desenvolvimento-da-sociedade>)

(<https://apaebrasil.org.br/page/2>)

<http://portal.mec.gov.br/ acessibilidade-sp-940674614/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/114-ha-exemplos-de-alunos-com-deficiencia-que-nao-podemdevem-ser-incluidos-em-escolas-comuns> - Acesso em 26/06/2019

ANEXOS

ANEXO 1 - ENTREVISTA COM SENHORA SUZY RILLO – PRIMEIRA DIRETORA DA APAE SÃO BORJA

Foi assim: eu tinha uma filha com deficiência, com necessidades especiais, agora é necessidades especiais, que na hora do parto teve lesão cerebral e ficou muito prejudicada, perdeu o equilíbrio....quando ficou com 6 ou 7 anos....eu sentia aquela necessidadeeu sempre dei uma vida para ela do mais perto possível da realidade, da normalidade.....é difícil pra gente a aceitação, mas tudo isso eu superei. Aí eu procurei a Magda Bicca, que é minha comadre e discuti com ela sobre a deficiência. Eu cheguei a pedir pra ela que eu levaria uma moça pra ficar com minha filha na escola voltei pra casa arrasada

E sempre com a vontade de fundar a escola O Rillo na época trabalhava na prefeitura junto com o Juca. Ele era diretor de finanças. Falando com a Doris tinha uma costureira aqui e a Doris costurava e veio uma senhora do Rio de Janeiro, dona Diva Simões que veio para cá. O marido dela era diretor da antiga fábrica Pirahy, fábrica de papel. Ele veio como diretor, veio de Niterói, ela veio para cá encontrou a Doris e começou a contar a história dela. Contou que ela tinha um filho que caiu de bicicleta e bateu a cabeça e ficou paraplégico, aí ela contou que lá eles conseguiram fundar a APAE.

Aí a Dóris me fez um encontro com essa senhora, aí a Dona Diva foi viajar para Niterói e disse o que vocês precisarem da APAE eu ajudo. Eu não me lembro de quem foi na prefeitura comigo, Maria Helena ou a Dóris não lembro mesmo. Então vamos fundar uma escola? Eu tinha muitas amigas a Neuza Mota entre muitas. Amigas mesmo, amigas missionárias daqui da cidade. Hoje estou com 85 anos. Ai então eu fui lá no Juca e a Maria Helena que era secretária da educação me acompanhou. Falei para o Juca; eu quero fundar uma escola que seja pra crianças, crianças assim... Naquela época vou te dizer os termos que

nós usávamos para as crianças excepcionais: O Juca, como ? O que é excepcional? É assim como a mana, a Liliane. Ah! Mas pode. Chamou a senhora Maria Helena e disse vamos fundar a escola. Aí ele deu toda liberdade para a secretária, foi aí que a gente conseguiu fundar a escola. A dona Diva tinha viajado para Niterói então fomos trabalhar com a Maria Helena, fundamos a escola e começamos na General Marques esquina com a General Luiz Fagundes. Ele alugou a casa para nós e a Maria Helena e eu não sabíamos nada da prefeitura. Quem havia alugado, era no momento o prefeito, Senhor José Pereira Alvarez, alugou a casa e aí começamos engatinhando. Pergunto a Dona Suzy com quantos alunos iniciaram? Com 4, lembro bem. A professora Maria Helena conseguiu quatro professoras municipais pra iniciar, mas não dominavam a técnica com alunos deficiente. Aí a Dona Diva foi a Niterói e disse que traria todo o material didático que pudesse. A APAE tinha que ter um material diferenciado. Aí ficamos naquela escola e pensávamos como carregar aquelas crianças. Eu podia mandar minha filha, mas pensava nas outras sem condições. Então o Juca pegou um carro de “praça”, para fazer o transporte das demais crianças, alugava e arcava com as despesas, foi decisão do prefeito. Em apenas um mês mais que dobrou o número de alunos, já tínhamos mais 16 alunos e a cada dia apareciam mais crianças, tivemos que mudar para rua Barão do Rio Branco uma casa maior que pudesse abrigar a todos. Nesse momento dona Suzy Rillo enfatiza que eu cite dona Diva ...sobrenome... que muito ajudou na construção da APAE. Nós íamos a todas as escolas e todas nós falávamos o que era uma escola de excepcionais para as pessoas saberem o que era e ter aceitação. Íamos a turnos da manhã, tarde e noite e ouvíamos muita coisa. Aí começaram a fazer rifa e pedir auxílio na rádio e no jornal. A gente começou na rádio e teve grande aceitação da sociedade, aí o que a gente fez! Lembrei que tínhamos que registrar a APAE na parte municipal, estadual e federal para consumir a inscrição e conseguirmos a inscrição para poder pedir ver estadual. Dona Diva nos auxiliou, providenciamos e a APAE foi registrada municipal e estadual. Nosso registro é o de número 100. Mas antes de fundar a escola fundamos a APAE lá e vimos as dificuldades e que alternativas usaríamos. Eu (Suzy) e minha filha pequena, íamos a Porto Alegre uma vez por mês para que ela pudesse fazer fisioterapia, na realidade não existia em Porto Alegre fisioterapeutas, mas sim massagistas. Havia uma doutora massagista, dona Bárbara uma alemã que contratou na clínica dela duas professoras para auxiliar nas sessões de fisioterapia. Consegui também um casal de professores que vinham do Uruguai para fazerem fisioterapia na minha filha. Uma outra amiga que também tinha uma filha com necessidade de fisioterapia, criou um centro de atendimento a essas crianças que se localizava no antigo hospital infantil Ivan Goulart. Nesse meio tempo nos veio a lembrança que a primeira faculdade de fisioterapia foi em Recife,

então um médico de São Borja foi para essa faculdade para fazer especialização, foi aí que eu convidei o Dr. Vladimir e ele muito nos auxiliou na escola. Bem observado pelo médico que o espaço físico já não comportava tantos alunos. Então fui até o Juca e falei: Tu não farias uma escola pra nós? Aí ele me disse, faço! Se tu arrumares o terreno. Falei que conseguiria e saímos a procurar e descobrimos dona Aldacir que ajudou a fundar uma das escolas e que também tinha um filho com necessidades especiais. Falei para ela: A senhora poderia doar um terreno para nós? Ela responde vou pensar! Eu até posso doar, primeiro preciso falar com meus filhos, sentir o que eles pensam, mas eu te aviso. Dona Aldacir Pereira Aquino, era tia e madrinha do prefeito Juca Alvarez. Certo dia recebi um bilhete que estava guardado até pouco tempo que dizia, Suzy vem hoje aqui em casa para tratarmos do terreno. Imediatamente liguei para Nilda e fomos tratar do tão sonhado terreno. Chegando lá ela me disse: “Meus filhos concordaram, nós vamos doar o terreno para a construção da escola, mas vou te pedir o seguinte: A escola tem que ter o nome do meu marido Cyro Ferreira Aquino”. Retornei ao Juca e falei, tá aqui o terreno, ganhei da tua madrinha, agora tu vais construir a escola que tu prometeste. Então a escola foi construída. Montamos toda a estrutura básica, mas falta o transporte. Fazíamos campanhas até que um dia o “Lions” nos cedeu metade da verba e conseguimos comprar a primeira “Kombi” e o prefeito doava o chofer. A gente conseguiu uma fisioterapeuta, um psicólogo e uma assistente social que uma vez por mês nós trazíamos de fora, em São Borja não existiam esses profissionais. Conseguimos com a empresa Planalto de transporte as passagens e as despesas de estadia eram sempre arrecadadas através de campanhas, sorteios e até mesmo doações da sociedade. A gente se “virava” muito. Fizemos a primeira eleição da APAE a qual eu fui a primeira presidente por dois anos. Fiquei trabalhando por oito anos na escola. Como as crianças precisavam de tapetes para as atividades de fisioterapia e nós não tínhamos, fizemos a campanha dos Colorados e Gremistas, onde cada um deveria trazer um tapete conforme a cor do seu time, e logo mais um desafio foi concretizado. Muitas outras campanhas foram realizadas, a cada dia era uma dificuldade nova dificuldade, mas sempre os desafios eram superados. Quando a gente entregou a APAE, ela já estava funcionando praticamente com tudo. Ainda fizemos visitas nas casas em busca de mais crianças, com informações da comunidade conseguimos acolher mais alunos. Ouvi muita coisa triste que nunca imaginaria. A APAE foi crescendo e fomos nos envolvendo muito. Sabe quando a gente vê que a situação está estruturada, andando...pedimos ao prefeito que mandasse professores a Porto Alegre para especialização e que esses novos professores seriam as novas cabeças pensantes para dar continuidade a um trabalho tão gratificante. Afastei-me da APAE, mas nunca deixei de colaborar. O tempo

passou e aquelas criança que iniciaram, hoje estão adultas. E achamos que não deveriam estar com as crianças, mas elas querem continuar na escola. Onde vamos coloca-las? Precisamos leva-las para oficinas. Então alugamos uma área na Vila Cabeleira destinada somente aos adultos, com atividades em oficinas, mas não deixamos de fazer com que eles venham na APAE, onde eles têm sua própria sala de encontros. A APAE de hoje é uma empresa, conta com mais de 200 alunos, e precisa de muitos recursos, tem que haver muita doação dos funcionários para dar continuidade.

Bom Renato era isso que eu poderia contribuir na defesa da tua tese. Boa sorte!

ANEXO 2 - REPRODUÇÃO AUTÊNTICA – ATA Nº 1 DE 25 DE JUNHO DE 1969 REFERENTE À CRIAÇÃO DA APAE SÃO BORJA

Aos vinte e cinco (25) dias do mês junho de mil, digo, do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), na sede da Escola de Ensino Especial, digo Escola Municipal de Ensino Especial, reuniram-se vinte e duas (22) pessoas, conforme assinaturas de presenças constantes no início deste livro, com a finalidade de estudar o projeto dos estatutos para criação de Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – A P A I , de São Borja. Aberto os trabalhos pelo Sr. Clélio Marquês Brandão que os presidiu, foi determinada a leitura do referido projeto, logo após om discutido e, não havendo objeção foi submetido e aprovado. Feito isso tratou-se da eleição da diretoria, a qual assim ficou constituída. a) Presidente Dona Suzy Rillo: b) Vice-Presidente – Dona Nilda Maurer da Motta ; c) Secrerária - Geral Magda Bicca ; d) 1º Secretário Mário Bastos Seitenfus ; e) Tesoureiro – Geral Albertina Maurer Bandeira; f) 2º Tesoureiro Marrono de Abreu ; g) Conselho Deliberativo : Aparício Silva Rillo, Clélio Marques brandão, Ventura Menezes, Dr. Moacir Lul, Dr José Teixeira, Demétrio Andrade, LuisChaér, Salvador Pereira Alvarez, Geraldo Machado Rangel, Cônego WiroRauber, Nei Dutra, Dirceu Orenge e Dr Danilo Seitenfus; Conselho fiscal – Antônio Teseu C. Sarmanho, Fábio Heygert, Mário Salles. Suplentes: Nedy Roque Flores Holsbach e JonyKaercher Salles: Adendo: onde diz Escola Municipal de Ensino Especial, leia-se “Escola Municipal de Educação Especial”. Nada mais havendo a tratar , foram encerrados os trabalhos , pelo que foi lavrado a presente ata, por mim, Ventura T. Menezes, que secretariei os trabalhos, que assino com os demais presentes: Ventura Menezes; Aparício Silva Rillo; Nei

Dutra; Saad Sainrhhsa; Recheidh Sadab; Suzy Rillo; Maria Valduga; Nilda Maurer da Motta; Albertina Maurer Bandeira. Pessoas presentes à reunião de Fundação da Associação de pais e Amigos dos Excepcionais, de São Borja, em vinte e cinco de junho de mil novecentos e sessenta e nove. Como segue: Aparício Silva Rillo; Clélio M. Brandão; Mário Velasques; Júlia Teixeira; Ligia Marroni de Abreu; Nei Dutra; Dalva Vomero Dutra; Maria Teresa Jesus Dornelles; Aldo Rodrigues Santos; Hilma Hermes Krims; Zélia Teresa Soares de Mello; Albertina M. Bandeira; Jaci Jaques Brandão; Maria B. Seitenfus; Nilda M. da Motta; Maria Valduga; Leonora Teixeira; Lígia Londero; Racheidh Sadab; Saad Sainrrhsa; Suzy Rillo; Ventura Menezes.

Figura 1 ATA de fundação da APAE São Borja

ATA Nº 1

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho de mil, novecentos e sessenta e nove (1969), na sede da Escola de Ensino Especial, digo, Escola Municipal de Ensino Especial, reuniram-se vinte e duas (22) pessoas, conforme assinaturas de presença constantes no anexo deste livro, com a finalidade de estudar o projeto dos estatutos para criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - A.P.A.E. de São Borja. Aberto os trabalhos pelo Sr. Clécio Marques Brandão, que os presidiu, foi determinada a leitura do referido projeto, logo após discutido e, não havendo objeção foi submetido e aprovado. Feito isto tratou-se da eleição da Diretoria, a qual ficou constituída: a) Presidente - Dona Suzy Rillo; b) Vice-Presidente - Dona Nilda Maurer da Motta; c) Secretário-Geral - Magda Trindade Bicca; d) 1º Secretário - Mario Bastos Seitenfus; e) Tesoureiro-Geral - Albertina Maurer Bandeira; f) 2º Tesoureiro - Ligia Marrono de Abrey; g) Conselho Deliberativo : Aparício Silva Rillo, Clécio Marques Brandão, Ventura Menezes, Dr. Moacir Lul, Dr. José Teixeira, Demétrio Andrade, Luís Chacér, Salvador Pereira Alvarez, Geraldo Machado Rangel, Cônego Wiro Kauber, Ney Dutra, DARWEN ORENGO e Dr. Danilo Seitenfus; Conselho Fiscal - Antônio Teseu C. Sarmanho, Fabio Heygart, Márcio Salles; Suplentes: Nedy Roque Flores Holsbach e Jony Kaucher. Adendo: onde diz Escola Municipal de Ensino Especial, leia-se "Escola Municipal de Educação Especial". Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, pelo que foi lavrada a presente ata, por mim, Ventura T. Menezes, que se cretariou os trabalhos, que assino com os demais presentes

Ventura Menezes

Aparício Silva Rillo

Ney Dutra

Saad Saínrhsa

Recheidh Sadab

Suzy Rillo

Maria Valouga

Nilda Maurer da Motta

Albertina Maurer Bandeira

ATA - Nº 1

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho de mil, seiscentos e noventa e nove (1969), na sede da Escola de Ensino Especial, digo, Escola Municipal de Ensino Especial, reuniram-se vinte e duas (22) pessoas, conforme assinaturas de presença constantes no início deste livro, com a finalidade de estudar o projeto dos Estatutos para criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - A.P.A.E. de São Borja. Aberto os trabalhos pelo Sr. Clélio Marques Brandão, que os presidiu, foi determinada a leitura do referido projeto, logo após discutido e, não havendo objeção foi submetido e aprovado. Feito isto tratou-se da eleição da Diretoria, a qual assim ficou constituída: a) Presidente - Dona Suzy Rillo; b) Vice-Presidente - Dona Nilda Maurer da Motta; c) Secretário-Geral - Magda Trindade Bicca; d) 1º Secretário - Mario Bastos Seitenfus; e) Tesoureiro-Geral - Albertina Maurer Bandeira; f) 2º Tesoureiro - Ligia Marrone de Abreu; g) Conselho Deliberativo: Aparício Silva Rillo, Clélio Marques Brandão, Ventura Menezes, Dr. Moacir Lal, Dr. José Teixeira, Demétrio Andrade, Luíza Chacér, Salvador Pereira Alvarez, Geraldo Machado Rangel, Cônego Wiro Reuber, Ney Dutra, DARWEN ORENGO e Dr. Danilo Seitenfus; Conselho Fiscal - Antônio Tesou C. Sarmanho, Fabio Heygart, Mário Salles; Suplentes: Nedy Roque Flores Holsbach e Jony Kaercher. Sendo: onde diz Escola Municipal de Ensino Especial, leia-se "Escola Municipal de Educação Especial". Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, pelo que foi lavrada a presente ata, por mim, Ventura T. Menezes, que se cretariou os trabalhos, que assino com os demais presentes

Ventura Menezes
 Aparício Silva Rillo
 Ney Dutra
 Sعاد Sainrha
 Recheidh Sadab
 Suzy Rillo
 Maria Valouga
 Nilda Maurer da Motta
 Albertina Maurer Bandeira

Fonte: Renato Fanfa.

Figura 2 Placa de construção da APAE São Borja



Fonte: Renato Fanfa

Figura 3 Fachada da APAE São Borja



Figura 4 FACHADA DA APAE SÃO BORJA – Vila Cabeleira

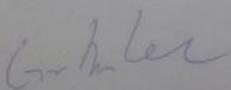


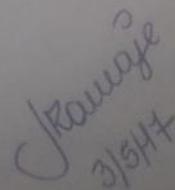


À Diretora da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Borja , Professora Maria Gorete Fenner Ramaje.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresento Luiz Renato Pereira Fanfa, acadêmico do curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Unipampa Campus São Borja que está desenvolvendo pesquisa para elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) - A CONSTRUÇÃO DA APAE : SUA TRAJETÓRIA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL NA ESCOLA E NA SOCIEDADE.


Gerson de Lima Oliveira
Professora da Unipampa
Orientador de TCC II


3/5/17

São Borja, 26 de abril de 2017.